

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo* Class.: *XV R 01314*

Data: *28.01.79* Pg.: _____

Acordo afasta perigo de ataque dos índios

ELIANA LUCENA
Enviada especial

Os índios de Pimentel Barbosa aceitaram, em princípio, a contraproposta apresentada pela Funai, que prometeu anexar à área indígena parte das terras ocupadas a oeste da reserva por fazendeiros. No entanto, continua pendente a situação das terras situadas ao sul, que foram desmembradas da reserva de forma fraudulenta, e que também são reivindicadas pelos índios.

O inquérito aberto pelo Ministério do Interior, já concluído, apontou os culpados pela delimitação irregular. Mas o resultado vem sendo mantido em sigilo pelo ministro Rangel Reis e por causa disso o presidente da comissão responsável pelas investigações, coronel Joel Marcos, pediu sua demissão da Funai.

Como a reserva indígena localizada no município de Barra do Garças, no Mato Grosso foi interditada na sexta-feira por ordem do presidente da Funai, os jornalistas não puderam acompanhar os funcionários do órgão e os agentes da Polícia Federal que estiveram ontem em Pimentel Barbosa. Anteontem à noite, o diretor do Departamento Geral de Operações — DGO — da Funai, Gerson Alves, o antropólogo Claudio Romero e o chefe da Ajudância da Funai na região, Oldenir Lima,

mantiveram prolongados encontros com o comando do Exército em Culabá e em Barra do Garças e com os comandos da PM e da Polícia Federal do Mato Grosso.

Ficou decidido que o Exército só intervirá no caso de Pimentel, se a situação não puder ser controlada pela Funai, pelos soldados da Polícia Militar que permanecem no povoado de Matinha, e pela Polícia Federal, que está mais voltada para o controle da movimentação dos fazendeiros.

Gerson Alves, disse que, na próxima semana, o cacique Arondi e alguns índios estarão em Brasília em missão de paz, para dizer ao presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, que vão dar mais um crédito de confiança ao órgão.

O retorno hoje a Barra do Garças, da comitiva que esteve ontem na aldeia de Pimentel Barbosa, fez com que a cidade respirasse aliviada — nos últimos dias, o assunto principal em qualquer ponto da cidade foi a possibilidade de um novo ataque dos índios. A dúvida, agora, é se os fazendeiros vão aceitar a perda de parte de suas terras pois, segundo Gerson Alves, praticamente todas as fazendas localizadas a oeste da reserva serão atingidas.

Em relação à parte sul, o próprio coordenador do projeto Xavante, Claudio Romero, afirma que a decisão "está nas

mãos do ministro Rangel Reis". "De agora em diante — declarou ele —, o ministro passa a ser o responsável pelo desdobramento do caso."

O inquérito conduzido pela comissão especial sobre a área sul incriminou três funcionários da Funai — Laia Mattar Rodrigues, Getúlio Barros Barreto e Ronaldo Quirino. Apurou-se que a comissão constatou a troca do nome de um rio propositalmente e, com isso, a reserva perdeu uma área de 65 mil hectares. O rio Sujo passou a se chamar rio Amarelo. O ex-funcionário da Funai, Valdenio Lopes, que agora tem também uma fazenda nessa área, está sendo acusado de ter participado da transação. Na ocasião, ele trabalhava como auxiliar de desenho no Departamento de Cartografia da Funai.

Na parte oeste, ao que tudo indica, houve um erro na leitura da rota por onde passaria a BR-158. Inicialmente, a reserva iria até a rodovia. Mas a BR, quando construída, passou muito além dos limites que se pensava, atingindo áreas já ocupadas por fazendeiros e posseiros. Agora, a solução encontrada pela Funai — e aparentemente aceita pelos índios — atende parte de suas exigências. Resta saber se os fazendeiros serão indenizados e de que forma esta indenização será feita. Eles afirmam que não aceitarão apenas o pagamento pelas benfeitorias.



Telefoto Estado

O cacique Arondi (centro), prometeu presentear o general Ismarth

Aniceto manteve prontidão

Toda a expectativa em torno da área de Pimentel, foi acompanhada por outros Xavantes da reserva de São Marcos e de Couto Magalhães. Em São Marcos o cacique Aniceto permaneceu de prontidão com 640 índios armados prontos para ajudar os índios de Pimentel, caso os fazendeiros reagissem. Em Couto Magalhães os índios também estão se rebelando contra a existência de uma fazenda dentro de suas terras: a fazenda Xavantina. A fazenda de 150 mil hectares, tem sido alvo de pequenas investidas dos índios, nenhuma mais grave até agora.

Embora a Funai tenha se preocupado com a possibilidade de uma coligação das tribos xavantes, já prometida por eles caso uma tribo não consiga, sozinho enfrentar seus maiores inimigos, os fazendeiros. Arondi afirmou categórico que "se precisar vai lutar sozinho". Nota-se uma certa rivalidade entre os xavantes. Arondi, por exemplo, diz que não se dá com Mário Juruna, chefe da aldeia São Marcos, embora os índios de São Marcos sempre falem em "ajudar os de Pimentel", menos numerosos.

O diretor do DGO, Gerson Alves, disse que conversou ontem longamente com os índios, alertando-os para evitarem sair sozinho para as cidades mais próximas, pois o clima é desfavorável para eles no meio dos fazendeiros.

Os índios, no entanto, pelo menos nas próximas semanas não têm nada a temer. Os próprios fazendeiros pareceram um tanto intimidados com o grande movimento de militares não só em Barra do Garças, mas em toda a região. Eles também já estão clientes de que "os índios estão ganhando a parada", como vários deles disseram.

"Técnicamente — explica Claudio Romero — os títulos de propriedade dessas fazendas são legais, inclusive quase todos, no ano passado, conseguiram certidões negativas da Funai indicando que não existiam índios na área. No entanto, o índio saiu perdendo e precisa

reaver as 170.000 hectares que perdeu".

BORDUNA DA PAZ

Ao desembarcar em Barra do Garças, na manhã de ontem, Gerson Alves trazia muitos presentes dos índios, também receberam presentes os agentes da Polícia Federal que o acompanharam. O diretor da Funai levou uma promessa ao cacique Arondi e trouxe outra. A de que Arondi presenteará o general Ismarth, na próxima semana, com a borduna da paz. A expectativa, entre os indigenistas, é se dessa vez o governo atenderá o índio ou será necessário que ele ameace guerrear novamente para ouvir novas promessas.

CLIMA

Os pequenos e grandes fazendeiros com terras na área em litígio têm-se encontrado nos hotéis de Barra do Garças, procurando informações sobre o último estágio dos acontecimentos. Eles querem saber se os índios vão mesmo atacar, se o governo vai tomar suas terras, e a partir de sexta-feira, começaram a se preocupar com a operação militar montada no eixo Culabá-Goiânia-Barra do Garças. O movimento no aeroporto foi grande nos últimos dias, com a chegada e partida de autoridades do alto escalão da Polícia Federal, Exército e Polícia Militar.

Na noite de sexta-feira, um dos fazendeiros que aguardavam os acontecimentos na cidade, procurou os jornalistas no Hotel Presidente visivelmente transtornado. Nestor Silveira, D'el Rei, proprietário de 20 mil hectares na área em litígio desabafou:

"Comprei essas terras há dois anos e não sabia que enfrentaria tanta confusão, agora, só gostaria de saber quem me vendeu ilegalmente essas terras, pois a maior parte dos proprietários das 27 fazendas ameaçadas, entrou de boa fé nessa história. Eu, por exemplo, larguei tudo o que tinha em Dourados e comprei esta terrinha. Tenho a documentação legal e até empréstimo do Banco do Brasil. Em março, tanto eu como outros fazendeiros, teremos que pagar o banco, como vai ser?"

Nestor contou que os fazendeiros estão perdendo muito dinheiro com os ataques dos índios, pois já está na época da colheita do arroz: "Além do mais — disse — quase todos os empregados nós abandonaram, com medo dos índios. Eu, por exemplo, tinha 30 trabalhadores comigo e agora só restam oito homens, que devem estar na fazenda, apavorados, pois sabiam que os índios não deixariam de atacar, se o governo não providenciasse a nossa saída até o final da semana".

Alguns fazendeiros falam em abandonar as terras, deixando-as para os índios, mas a grande maioria continua insistindo numa indenização integral, caso o governo decida devolver a terra aos indígenas: "Nós todos temos títulos de propriedade, temos direito à terra — opina Diogo Nunes, dono de quatro fazendas na área, no total de 20 mil hectares.

A população de Barra do Garças em geral, é totalmente simpática aos fazendeiros. Esta não é a primeira vez que o povo de Barra assim se manifesta. Em 1976, quando foi aberto o processo envolvendo a invasão da reserva indígena de Merure, por fazendeiros e posseiros que mataram o padre Rodolfo Lunkenbein, e o índio Simão, a população da cidade colocou-se contra os índios. No final, do grupo de mais de 30 homens que participaram da invasão, apenas dois foram indiciados e agora aguardam julgamento. A Funai conseguiu o adiamento desse julgamento que seria em Barra do Garças, e pediu seu desforamento, pois era voz corrente na cidade que todo o júri já tinha se definido a favor dos acusados.

Alcyr Lima, vereador pela Arena, defende a tese de que o governo deve emancipar logo o índio, determinando quais serão as suas terras. Já a população rural, formada por posseiros e empregados das fazendas, em sua maioria encara o índio sem o mesmo ódio. Os moradores mais antigos dessas áreas nos últimos anos ocupadas por fazendas afirmam que sempre viveram em paz com os índios.